



Lia de Paula/Agência Senado



Debate reuniu Rubens Barbosa (Fiesp), Dorothea Werneck (ex-ministra do Trabalho), senador Fernando Collor e Marcílio Marques Moreira (ex-ministro da Fazenda)

## Perda de competitividade é maior problema do país, diz debatedor

Rubens Barbosa, da Fiesp, diz em audiência na Comissão de Relações Exteriores que problema

afeta toda a economia. Também debateram Marcílio Marques Moreira e Dorothea Werneck. **7**

**Medida Provisória insere 32 mudanças no Código Florestal sancionado ontem **3****

**Consumo e cultivo pessoal de drogas podem ser descriminalizados **6****

**Industrialização e ações integradas para desenvolver o Entorno do DF **3****

**Fenaj pede que Polícia Federal investigue crimes contra jornalistas **8****

# Demóstenes deve falar hoje no Conselho de Ética

Depoimento do senador, acusado de quebra de decoro parlamentar, está marcado para as 9h30. À tarde, CPI do Cachoeira analisa convocação de três governadores

**A** semana começa com grande expectativa em torno das investigações sobre o esquema comandado por Carlinhos Cachoeira. Hoje pela manhã, o senador Demóstenes Torres deve apresentar sua defesa no Conselho de Ética do

Senado. Às 14h, a CPI mista pode votar a convocação dos governadores Marconi Perillo (GO), Agnelo Queiroz (DF) e Sérgio Cabral (RJ). A comissão tem outros cinco depoimentos marcados para amanhã e o de Demóstenes para a quinta-feira. **2**

## Oposição quer abrir processo contra Lula **2**



Pedro Franco/Agência Senado

Sarney, Cristovam e Paim com Marcelo Aguiar, do Ministério do Trabalho, e Nilton Nascimento, da ONG Negro em Movimento

## Homenagem à Abolição valoriza cotas

A sessão de homenagem aos 124 anos da Abolição da Escravatura, realizada ontem pelo Senado, destacou a importância das cotas para negros nas universidades e da PEC do Trabalho Escravo, que prevê

a perda de propriedades onde for constatada essa prática. A PEC foi aprovada pela Câmara e ainda será analisada no Senado, onde a política de cotas pode ser votada em Plenário já na semana que vem. **8**

Paula Cinquenti/Agência Senado



## Processo legislativo mais acessível e transparente

O e-Cidadania, portal lançado pelo Senado no dia 15, aumenta a possibilidade de o cidadão participar do processo legislativo, sugerindo projetos de leis e temas para audiências públicas. Também estão dispo-

níveis em [www.senado.gov.br/ecidadania](http://www.senado.gov.br/ecidadania) ferramentas para fiscalização da administração pública, como dados sobre compras feitas pelo Senado e sobre uso da cota para exercício da atividade parlamentar. **4 e 5**

Em seus primeiros 13 dias no ar, o novo portal interativo e-Cidadania, do Senado, recebeu 27 propostas de legislação e 17 sugestões de debate dos internautas

Depoimento está marcado para as 9h30 e é essencial para evitar que o senador perca o mandato por quebra de decoro. À tarde, CPI decide se convoca três governadores

# Conselho de Ética deve ouvir Demóstenes hoje

O CONSELHO DE Ética do Senado e a CPI mista que investiga o contraventor Carlinhos Cachoeira terão um dia decisivo hoje. Às 9h30, o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) deve quebrar o silêncio para se defender oralmente, no conselho, das acusações de quebra de decoro parlamentar. Às 14h, a CPI pode decidir sobre dois temas polêmicos que geram divergências entre os parlamentares: a possível convocação de três governadores e a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico relacionados à direção nacional da Delta Construções.

A convocação dos governadores do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB); de Goiás,

Marconi Perillo (PSDB); e do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), é polêmica. O tema só seria analisado na próxima terça-feira, mas, pressionado por integrantes da comissão, o presidente do colegiado, Vital do Rêgo (PMDB-PB) antecipou a decisão para hoje.

Outro assunto polêmico da pauta é a quebra de sigilo da Delta em âmbito nacional. Na semana passada, com a revelação de que recursos de contas da construtora, no Rio de Janeiro, abasteceram empresas de fachada que serviam à organização de Cachoeira, o relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG), admitiu pela primeira vez a necessidade de investigar as atividades da matriz da empresa.



Defesa de Demóstenes diz que senador vai romper o silêncio

— A quebra de sigilos das filiais da Delta no Centro-Oeste apontou indícios de que o ex-diretor Cláudio Abreu tinha autorização para movimentar contas nacionais da construtora — afirmou.

Inicialmente, Odair defendia

a limitação das investigações à atividade regional da empreiteira.

## Conselho de Ética

Acusado de defender os interesses do contraventor goiano no Congresso Nacional, Demóstenes Torres vai apresentar sua defesa oralmente ao Conselho de Ética às 9h15. O advogado dele, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, já adiantou que o parlamentar deve usar os primeiros 20 minutos da sessão para falar sobre sua atuação na vida pública, ficando, a seguir, à disposição para responder perguntas dos colegas.

Na CPI, no entanto, segundo o advogado, é possível que o

senador permaneça em silêncio, exercendo o direito de não fornecer provas contra si.

— Estou inteiramente aberto a confrontar as denúncias com a defesa dele e elaborar um relatório levando em consideração tudo isso — disse em entrevista à Rádio Senado o senador Humberto Costa (PT-PE), responsável pelo parecer do conselho.

As outras testemunhas indicadas pela defesa — o advogado Ruy Cruvinel e o próprio Cachoeira — recusaram-se a depor. Desde que começou a analisar a representação contra Demóstenes, o conselho ouviu dois delegados responsáveis pelas operações Vegas e Monte Carlo, que resultaram na prisão de Cachoeira.

## Semana decisiva

Agendas da CPI mista e do Conselho de Ética do Senado devem movimentar o Congresso

Hoje		Amanhã	Quinta-feira
9h30	14h	10h15	10h15
Depoimento do senador Demóstenes Torres no Conselho de Ética	Reunião administrativa da CPI para eleição do vice-presidente e apreciação de requerimentos, entre eles os que dizem respeito a <b>convocações de governadores</b>	Depoimentos, na CPI, de <b>Cláudio Abreu, José Olímpio de Queiroga Neto, Gleyb Ferreira da Cruz, Lenine Araújo de Souza e Jayme Eduardo Rincón</b>	Depoimento de Demóstenes Torres na CPI.

## Oposição pede à PGR processo contra Lula

Líderes do PSDB, DEM, PSOL e PPS no Senado e Câmara entraram ontem com representação na Procuradoria-Geral da República pedindo a instauração de inquérito policial e ação penal contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelos crimes de coação, tráfico de

influência e corrupção ativa.

Reportagem da revista *Veja* afirma que Lula pediu que o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes adiasse o julgamento do mensalão. Em troca, seria “blindado” na CPI do Cachoeira. O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN),

afirma ter ouvido a história do próprio Gilmar. O encontro teria sido no escritório do ex-ministro da Justiça Nelson Jobim. Em nota, o Instituto Lula confirmou a reunião, mas afirma que “a versão da *Veja* sobre o teor da conversa é inverídica”.

## Alvaro Dias: “Há pressão para adiar julgamento”



Waldemir Barreto/Agência Senado

A suposta tentativa do ex-presidente Lula de pressionar o ministro do STF Gilmar Mendes para adiar o julgamento do mensalão é um “fato grave, afrontoso e uma violência contra o estado democrático de direito”, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR)

— Estamos diante de uma agressão brutal a duas instituições, o Congresso e o STF — disse.

De acordo com o senador, outros ministros do STF, como Celso de Mello e Marco Aurélio, condenam a atitude atribuída a Lula.

— O STF não foi derrotado nem pelo autoritarismo. O Supremo e seus ministros não estão suscetíveis a pressões desse tipo.

## Para Aloysio Nunes, Lula cometeu crime



Waldemir Barreto/Agência Senado

Os fatos narrados em denúncia da revista *Veja* contra Lula “constituem não apenas uma ação reprovável dos pontos de vista ético e moral e eivada da mais profunda indelicadeza, mas também uma

conduta tipificada no Código Penal”, afirmou Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O senador disse julgar que o episódio, se real, também insulta o Congresso.

— Os governistas que integram a CPI foram apresentados como meros fantoches, espantalhos — criticou.

De acordo com Aloysio, o mensalão continua provocando efeitos negativos no país.

## Viana teme tentativa de atrapalhar investigações

“Espero que a acusação feita ao ex-presidente Lula não seja uma tentativa de atrapalhar as investigações da CPI do Cachoeira”, disse Jorge Viana (PT-AC).

Segundo Humberto Costa (PT-PE), se Lula nunca fez esse tipo de pressão sobre o STF enquanto era presidente, “não seria agora que o faria”.

Para Cristovam Buarque

(PDT-DF), de qualquer forma “houve desrespeito à República: ou ter acontecido a proposta ou o ministro mentir dizendo que a proposta aconteceu sem ela ter acontecido”.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO: Sessão especial

11h Entrega do Diploma José Ermírio de Moraes. Às 14h, sessão deliberativa. A pauta está trancada pela MP 558/12, sobre unidades federais de conservação.

### PRESIDÊNCIA: Diploma e TSE

10h45 José Sarney recebe agraciados com o diploma José Ermírio de Moraes e, às 11h, participa da entrega. Às 16h, preside a ordem do dia. Às 19h, comparece à posse de José Antonio Dias Toffoli no cargo de ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

### CAS: Acidentes com motos

9h A Comissão de Assuntos Sociais debate aumento no número de acidentes com motos. Participa o presidente de associação dos fabricantes, Marcos Fermanian.

### CONSELHO DE ÉTICA: Demóstenes

9h30 O Conselho de Ética ouve Demóstenes Torres, como parte do processo disciplinar contra o senador, suspeito de envolvimento com Carlinhos Cachoeira.

### CE: Educação básica

11h Na Comissão de Educação, projeto que obriga as escolas de educação básica a identificar, no ato da matrícula, pessoas que cuidarão de assuntos do aluno.

### CAE: Isonção do IR

10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa projeto que isenta aposentados da Previdência Social de pagar o Imposto de Renda a partir dos 60 anos.

### AVIAÇÃO CIVIL: Manutenção

10h A Subcomissão da Aviação Civil realiza audiência sobre manutenção de aeronaves no âmbito do ciclo de debates sobre políticas públicas para aviação civil.

### CMA: Preços de combustível

11h A Comissão de Meio Ambiente analisa projeto de lei que trata da política energética nacional, determinando que os postos de combustível informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

### CPI DO CACHOEIRA: Requerimentos

14h A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga Carlos Augusto Ramos, acusado de explorar jogos ilegais, reúne-se para análise de requerimentos e eleição do vice-presidente do colegiado.

### CPI DA MULHER: Santa Catarina

14h Audiência, na comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a violência contra a mulher, com os secretários de estado de Santa Catarina Dalmo Claro de Oliveira, da Saúde, e César Augusto Grubba, de Segurança Pública.

### CCI: Direitos do contribuinte

14h30 Audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre projeto de lei (PLS 298/11) que estabelece normas sobre direitos e garantias do contribuinte. Participa do debate o jurista Ives Gandra da Silva Martins, professor emérito da Universidade Mackenzie.

### CMO: Diretrizes orçamentárias

14h30 A Comissão Mista de Orçamento reúne-se para examinar pauta com vários itens, entre os quais relatório preliminar ao projeto de lei com as diretrizes para o Orçamento de 2013.

### MERCOSUL: Comércio com Argentina

15h A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul debate as relações comerciais entre Brasil e Argentina.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Presidente Dilma vetou trechos da lei e editou uma medida provisória para preencher essas lacunas; agora Congresso Nacional terá de votar as mudanças contidas na MP

## Código Florestal: vetos e medida provisória

UMA MEDIDA PROVISÓRIA publicada ontem no *Diário Oficial da União* introduziu mais de 30 mudanças no novo Código Florestal, sancionado com vetos e também publicado ontem.

Entre as alterações, está a redução da exigência de recomposição de mata ciliar para pequenos produtores que plantaram em área de preservação permanente (APP) até 2008.

A MP 571/12, editada para suprir lacunas deixadas pelos vetos ao novo código, estabeleceu recuperação escalonada de faixas de mata para propriedades com até quatro módulos

fiscais, a serem delimitadas a partir da borda do leito regular, independentemente da largura do rio:

— Imóveis de até um módulo fiscal: recomposição de faixas de matas de 5 metros de largura.

— Imóveis com área de um a dois módulos fiscais: faixas de matas de 8 metros de largura.

— Imóveis com área de dois a quatro módulos fiscais: faixa de 15 metros de largura.

Para imóveis com área de quatro a dez módulos fiscais, será obrigatória a recomposição de 20 metros, para rios com até 10 metros de largura. Para rios maiores, as matas devem

ter a metade da largura do rio, observado o mínimo de 30 metros e o máximo de 100 metros, contados da borda da calha do leito regular.

Em bacias hidrográficas consideradas críticas, poderão ser definidas faixas maiores de vegetação, conforme ato do Poder Executivo.

Em APPs no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, será admitida a manutenção de atividades consolidadas, sendo obrigatória a recomposição de um raio mínimo de 5 metros, para imóveis rurais com área de até um módulo fiscal; raio mínimo de 8 metros, para

imóveis rurais com área de um a dois módulos fiscais; e raio mínimo de 15 metros de mata, para imóveis com mais de dois módulos fiscais.

A soma de todas as APPs não poderá ultrapassar 10% da área total de imóveis com até dois módulos fiscais e 20% para imóveis rurais com área entre dois e quatro módulos fiscais.

A MP restabelece capítulo que regulariza a produção consolidada até 2008 de camarão e sal em apicuns e salgados, respectivamente. E abre a possibilidade para a exploração de mais 10% da área de apicuns e salgados nos estados

da Amazônia e 35% da área desses ecossistemas no restante do país. O texto, no entanto, salvaguarda "a integridade dos manguezais arbustivos e dos processos ecológicos essenciais a eles associados, bem como da sua produtividade biológica e condição de berçário de recursos pesqueiros".

Nos próximos seis dias, senadores e deputados poderão apresentar emendas à MP, que passará por uma comissão mista antes de ser votada nos Plenários da Câmara e do Senado. O Congresso terá até 10 de outubro para examinar a MP, que já está em vigor.

### Rolleberg anuncia emenda para proteger nascente e olho d'água

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) anunciou ontem emenda à MP do Código Florestal para restabelecer os 30 metros de área de preservação permanente em torno de nascentes e olhos d'água. No texto da medida, ficaram definidas áreas de 5, 8 e 15 metros, dependendo do tamanho da propriedade.

— Nós estamos falando de nascentes, de olhos d'água, de uma questão estratégica não apenas para o futuro do país, mas para a sustentabilidade da agricultura, para garantir às futuras gerações a qualidade de vida pelo menos equivalente ou igual à que nós temos hoje — afirmou.

Para o parlamentar, o ideal seria que o texto do Senado fosse sancionado, mas reconheceu que, como os deputados promoveram inúmeras mudanças, sobrou à presidente Dilma Rousseff lançar mão de um meio termo entre as duas propostas.

— O Senado fez o melhor que era possível, compatibilizando atividades produtivas no meio rural com a preservação ambiental — concluiu.

### Viana: alterações feitas por Dilma trarão bom resultado para o país



Waldemir Barreto/Agência Senado

O resultado das alterações feitas pela presidente Dilma Rousseff no texto do novo Código Florestal "é bom para o Brasil", disse Jorge Viana (PT-

AC). O senador cumprimentou a presidente pelos vetos.

Um dos relatores do código no Senado, Viana afirmou que a MP 571/12 dará agora ao Congresso "uma nova oportunidade de buscar o entendimento necessário sobre a matéria". Para o senador, a medida provisória estará "em boas mãos" se tiver Luiz Henrique (PMDB-SC) como relator.

Viana destacou a campanha pelo veto que mobilizou setores da sociedade, tendo em vista que "o Brasil não pode cometer os erros que outros países já cometeram, primeiro em destruir para depois recompor o que é possível".

### Para Gurgacz, nova lei leva "segurança jurídica" para o campo



Waldemir Barreto/Agência Senado

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou a sanção do novo Código Florestal. Para ele, apesar dos vetos e das modificações feitas pela presidente Dilma Rousseff

por meio de medida provisória, a sanção dá ao país um marco regulatório sobre a questão.

— Ao sancionar o texto aprovado pelo Congresso, a presidente respeita a decisão democrática tomada pelos representados do povo brasileiro e leva segurança jurídica para o campo. Agora temos mais uma etapa com a apreciação da MP, mas saberemos novamente construir um entendimento que seja bom para todos, para o meio ambiente e para a produção agropecuária — afirmou.

Ele registrou a realização, no último fim de semana, da 1ª Feira de Tecnologia e Oportunidades de Negócios Agropecuários, em Ji-Paraná (RO).

### Russo pede que se chegue a consenso sobre MP com urgência



Waldemir Barreto/Agência Senado

Antonio Russo (PR-MS) se pronunciou a respeito dos vetos da presidente Dilma Rousseff ao projeto do novo Código Florestal.

— Estamos vendo membros da sociedade se ocupando em encontrar pontos negativos nos vetos. Concordo com inúmeras opiniões, especialmente dos representantes da classe produtiva, mas devemos nos debruçar com responsabilidade e flexibilidade sobre a medida provisória [editada para suprir lacunas deixadas pelos vetos ao novo código e introduzir mais de 30 mudanças no texto]. Acredito que é urgente chegar a um consenso em torno desse importante tema — disse o senador.

Russo elogiou a iniciativa do governo federal de conceder a administração de 19 novos trechos rodoviários à iniciativa privada.

## Debatedores: falta de indústrias freia desenvolvimento do DF

A industrialização do Distrito Federal e ações integradas entre os governos federal, distrital e goiano são fundamentais para o desenvolvimento da região conhecida como Entorno de Brasília.

Essa foi a avaliação dos participantes da quarta reunião do ciclo de debates sobre alternativas para o desenvolvimento e a geração de emprego e renda no Entorno do Distrito Federal, promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), que requereu o debate, disse ser equivocada a disputa entre o Distrito Federal e Goiás em relação à atração de indústrias para a região.

Para ele, a postura adequada

deve ser a de promover a integração de ações e incentivar a instalação de indústrias no Entorno do Distrito Federal. Com emprego e renda, ponderou, as pessoas não precisam se deslocar para Brasília em busca de trabalho e serviços sociais.

São 107 municípios de Goiás,

Minas Gerais, Tocantins e Bahia que mantêm algum tipo de dependência do Distrito Federal, ressaltou o diretor de Gestão e Informações da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), Júlio Miragaya. Essa realidade, em sua avaliação, requer

tratamento de forma integrada.

A intensificação dos problemas, informou, aconteceu com o aumento da população do Entorno que, nos últimos 30 anos, passou de 108 mil pessoas para 1,1 milhão.

A industrialização do Distrito Federal também foi defendida

pelo presidente do Banco de Brasília (BRB), Jacques Pena. Ele disse que os setores de tecnologia da informação, farmoquímico, biotecnológico, de alimentos e móveis, entre outros, podem ser desenvolvidos na região.

Para o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, Apolinário Rebelo, o modelo atual de crescimento econômico, fundamentado no setor de serviços, é incapaz de criar novo ciclo de emprego.

— O Distrito Federal precisa abraçar o Entorno e tratá-lo de forma cuidadosa e compreender que seu desenvolvimento é parte importante do desenvolvimento do próprio Distrito Federal — afirmou.



Apolinário Rebelo, Jacques Pena, Marcelo Dourado e Rodrigo Rolleberg: Entorno do Distrito Federal enfrenta carências

Márcio Kolumbe/Agência Senado

# Interatividade é a marca do Portal e-Cidadania

Novo portal aumenta a possibilidade de o cidadão participar do processo legislativo, com a proposição de projetos de leis e de audiências públicas. Ferramentas para fiscalização da administração pública também estão disponíveis na página

Joseana Paganine

SUGERIR A REALIZAÇÃO de debate em comissão e propor a criação de novas leis. Essas são algumas das possibilidades oferecidas pelo Portal e-Cidadania, disponível na página do Senado na internet. Lançado no dia 15 de maio, o portal já recebeu 27 propostas de legislação e 17 sugestões de debate.

Para começarem a tramitar como requerimento de audiência pública ou projeto de lei, as propostas precisam ser votadas pelos internautas. Cada uma deve receber, no mínimo, 20 mil votos no prazo de quatro meses, para ser, então, enviada à Presidência do Senado e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Apresentar uma ideia é fácil: basta preencher formulário muito simples disponível no portal, que não exige conhecimento de técnica legislativa. Também não é preciso se identificar. Antes de ser colocada em votação, a proposta passa por análise que avalia se o conteúdo é constitucional e se há duplicidade com projeto ou com legislação já em vigor.

Entre as ideias de novas leis mais votadas, está a que torna obrigatória iluminação pública em rodovias, com 510 votos até o momento. Segundo o autor, as rodovias são mais perigosas à noite por falta de iluminação. “Se ela for obrigatória, o índice de acidentes diminuirá. Um bom exemplo é a BR-070, no trecho que passa pelo Distrito Federal, que já se encontra todo iluminado”, justificou.

Outra proposta que já recebeu grande número de apoios, 156, inclui no currículo escolar mais atividades artísticas e esportivas. “A intenção é fazer da escola um lugar atrativo, que dê orgulho de pertencer”, avalia o autor.

Entre as sugestões de audiência pública, está a que propõe o debate sobre o Projeto de Lei do Senado 288/06, do senador Paulo Paim (PT-RS), que permite a acumulação de cargos públicos quando só um deles é remunerado. O autor propõe como convidados para o debate os juízes Leopoldo Mulyaert e Vladimir Carvalho.

A secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, ressaltou que

o portal é resultado de um trabalho que vem sendo feito para ampliar a comunicação do Senado com o cidadão. Para ela, a interatividade é uma importante ferramenta de participação democrática.

— Um projeto de lei de iniciativa popular exige a assinatura de mais de 1 milhão de pessoas. O portal permite que o cidadão participe do processo legislativo de forma direta e efetiva. É fácil e rápido acessar e participar — explicou Claudia Lyra.

## Mais participação

Além da interatividade, o portal reúne em uma mesma página na internet informações sobre a atividade legislativa e mecanismos de fiscalização do poder público, com grande parte dos dados em formato aberto. Os portais da Ouvidoria, da Transparência e da Copa são algumas das iniciativas que já eram oferecidas pelo Senado na internet e que são encontradas agora em um mesmo espaço virtual.

Por meio dos recursos disponibilizados pelo e-Cidadania, o cidadão pode participar da atividade legislativa de diversas formas. É possível, por exemplo, acompanhar o trabalho do senador, enviar mensagem para o parlamentar e encaminhar sugestões para as comissões sobre temas em debate na Casa. O público pode ainda participar de enquetes sobre projetos de lei em tramitação no Senado.

A transparência é outro aspecto importante do e-Cidadania. Informações sobre cotas para o exercício da atividade parlamentar, relação de servidores e respectivos cargos e dados sobre compras realizadas pelo Senado são algumas das informações que podem ser encontradas no Portal da Transparência.

Há ainda outros serviços que ajudam a tornar mais transparente a administração pública e possibilitam a fiscalização por parte do cidadão. O Portal LexML e as ferramentas SigaBrasil e GeoSiga dão acesso a dados de União, estados e municípios, como orçamento, transferências de recursos e jurisprudência, entre outros, e podem ser consultados no portal (*veja quadro Os serviços do e-Cidadania*).



Propostas precisam receber, no mínimo, 20 mil votos dos internautas para começar a tramitar no Senado

## Ferramenta atende à Lei de Acesso à Informação

O Portal e-Cidadania faz parte de um conjunto de medidas adotadas pelo Senado para atender às exigências da Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor em 16 de maio. A lei regulamenta o acesso a documentos sob a guarda do poder público.

— Antes, de ser criada a Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado, criada para ajudar a direção da Casa a classificar os documentos. O Senado também instalou um balcão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), próximo ao Plenário.

— Antes, de ser criada a Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado, criada para ajudar a direção da Casa a classificar os documentos. O Senado também instalou um balcão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), próximo ao Plenário.

— Antes, de ser criada a Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado, criada para ajudar a direção da Casa a classificar os documentos. O Senado também instalou um balcão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), próximo ao Plenário.

— Antes, de ser criada a Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado, criada para ajudar a direção da Casa a classificar os documentos. O Senado também instalou um balcão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), próximo ao Plenário.

— Antes, de ser criada a Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado, criada para ajudar a direção da Casa a classificar os documentos. O Senado também instalou um balcão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), próximo ao Plenário.

O Senado também foi pioneiro na implantação de um sistema de comunicação social, que hoje conta com TV, rádio, jornal e agência de notícias. Em 2009, foi a vez do Portal da Transparência na internet.

Já a Ouvidoria foi inaugurada em 2011. O órgão recebe e encaminha sugestões e críticas sobre as atividades administrativas e legislativas do Senado, enviadas tanto pelo público externo como pelo público interno (senadores e servidores).

A novidade é que Alô Senado e Ouvidoria vão trabalhar em conjunto, a partir de agora, para atender ao cidadão. A Ouvidoria — que tem o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) como ouvidor-geral — também vai atuar em parceria com os outros órgãos do Poder Legislativo. No dia 24, Senado, Câmara e Tribunal de Contas da União assinaram acordo de cooperação que prevê o compartilhamento de recursos tecnológicos, materiais e de pessoal visando atender melhor aos cidadãos.

## Ações estimulam democracia direta, avalia Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse, no lançamento do e-Cidadania, que a interatividade proporcionada pelas mídias sociais e pela tecnologia é o caminho para que a população exerça, no futuro, a democracia direta. Democracia direta é o sistema de governo em que

os próprios cidadãos discutem e votam questões de interesse da comunidade, tomando decisões que são válidas para todos. Ela se contrapõe à democracia representativa, na qual as decisões são tomadas por representantes políticos eleitos pela população. Assim, a



José Sarney, entre Eduardo Leão, Fernando Cesar Mesquita e Davi Emerich, recebe exemplar da revista *Em discussão!*

## Sigilo da informação foi debate no Senado

O projeto que deu origem à Lei de Acesso à Informação Pública (12.527/11) foi aprovado pelo Senado, em outubro passado, após intenso debate sobre o sigilo de documentos.

O relator da proposta, Fernando Collor (PTB-AL), apresentou substitutivo recuperando a proposta original do Executivo, que estabelecia prorrogações ilimitadas do prazo de 25 anos de sigilo para documentos classificados como ultrassecretos. Mas o substitutivo foi rejeitado em Plenário em favor do texto da Câmara, que permitia apenas uma prorrogação.

A lei segue o princípio de

que o acesso à informação pública deve ser a regra e o sigilo, a exceção. Para isso, determina a criação, em todas as instituições públicas, de serviços de informação ao cidadão (SICs) e estabelece procedimentos, normas e prazos para o atendimento das demandas.

Estão sujeitos à lei órgãos públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em níveis federal, estadual, distrital e municipal, assim como tribunais de contas e o Ministério Público.

Uma informação pública somente pode ser classificada como sigilosa quando colocar em risco a segurança

da população, a soberania nacional, as relações internacionais e as atividades de inteligência.

Informações sob a guarda do Estado que dizem respeito à intimidade, honra e imagem das pessoas não são públicas e ficam protegidas por um prazo de cem anos. Já informações relativas a direitos humanos não podem ser objeto de restrição de acesso.

A lei também responsabiliza o servidor que descumprir as determinações legais. Recusar a fornecer informação e destruir ou alterar documentos podem caracterizar infração ou improbidade administrativa.

novas tecnologias fazem com que a vontade do povo se expresse em tempo real.

Sarney lembrou que foi sob a forma de participação direta que a democracia nasceu na Grécia Antiga. Para ele, a ampliação da interatividade entre o Senado e o cidadão valoriza a democracia direta.

## Sarney recebe revista sobre a Rio+20

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a 11ª edição da revista *Em discussão!*, sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). A revista aborda os temas da reunião, bem como as contribuições e a participação do Senado no evento, que aconteceu no Rio de Janeiro de 13 a 22 de junho. Participaram da entrega os diretores da Secretaria Especial de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita; de Jornalismo, Davi Emerich; do **Jornal do Senado**, Eduardo Leão; e a coordenadora de Fotografia Jornalística, Paula Cinquetti.

A revista tomou como base os debates promovidos por duas subcomissões para tratar da Rio+20, que funcionam nas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Meio Ambiente (CMA). As audiências com especialistas debateram temas que estarão na conferência, como economia verde, energia e água, entre outros. A revista também traz um histórico das negociações, desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, para os problemas do meio ambiente e sobre desenvolvimento sustentável.

O lançamento da revista deve acontecer nos próximos dias.

## Mesa debate a divulgação dos salários da Casa

O presidente do Senado Federal, José Sarney, informou hoje que a Comissão Diretora se reunirá na próxima quinta-feira para decidir sobre os encaminhamentos relacionados à divulgação pública dos salários dos servidores. Na semana passada, Sarney já havia anunciado a divulgação de portaria pelo Ministério do Planejamento, disciplinando o tema na esfera do Executivo.

Segundo dados do Portal da Transparência, o Senado contava nesta segunda-feira com 6.230 funcionários, sendo 3.095 efetivos e 3.135 comissionados.

### Dados abertos para o cidadão

O Portal e-Cidadania possui um setor de dados abertos sobre a atividade legislativa, a administração do Senado e o Orçamento da União. As informações podem ser acessadas via HTML ou baixadas pelo sistema *open data*.

Dados abertos são informações processadas em

formato que permite a sua reutilização por qualquer pessoa ou instituição para elaboração de documentos, planilhas, tabelas, entre outros. Podem, inclusive, ser redistribuídos livremente, estando, no máximo, sujeitos à exigência de creditar a autoria e de preservar a licença aberta.

### Acesso em números

- ▶ 1,3 milhão de consultas por mês ao Portal do Senado na internet
- ▶ 1,1 milhão de manifestações encaminhadas ao Alô Senado em 2011; 74% delas dizem respeito a leis e projetos de lei
- ▶ Mais de 2 mil seguidores do perfil @AloSenado no Twitter e 200 tweets endereçados ao perfil por mês
- ▶ 250 mensagens recebidas por mês, em média, pela Ouvidoria

### Os serviços do e-Cidadania

O Portal e-Cidadania possui três dimensões principais: fiscalizadora, legislativa e de representação. Cada uma oferece ferramentas específicas de interatividade. O portal também tem caráter educativo, com um setor destinado a cursos *on-line*, vídeos educativos, acesso à Biblioteca Digital e a publicações do Senado

#### e-Representação

- ▶ **Proposição de debate:** o cidadão pode apresentar sugestões de audiências públicas a serem realizadas pelas comissões do Senado.
- ▶ **Enquete:** pesquisa de opinião sobre propostas em tramitação no Senado. Além de se posicionar contra ou a favor, o cidadão pode comentar o projeto em questão.
- ▶ **Acompanhe o trabalho dos senadores:** disponibiliza o perfil parlamentar dos senadores, seus discursos, votações e proposições.
- ▶ **Envie mensagem para os senadores:** oferece o serviço Alô Senado para o envio de mensagem aos senadores.
- ▶ **Ouvidoria do Senado:** recebe críticas, reclamações, denúncias e elogios sobre as atividades administrativas e legislativas do Senado.
- ▶ **Twitter:** [www.twitter.com/e\\_cidadania](http://www.twitter.com/e_cidadania)
- ▶ **Facebook:** [www.facebook.com/eCidadaniaSF](http://www.facebook.com/eCidadaniaSF)

#### e-Legislação

- ▶ **Ideias legislativas:** espaço para proposição de novas leis.
- ▶ **Atividade legislativa:** apresenta planilhas e arquivos para serem utilizados por cidadãos e entidades da sociedade civil, com informações sobre parlamentares, comissões e órgãos do Senado, projetos e matérias legislativas, entre outros.
- ▶ **Notícias:** reportagens jornalísticas produzidas pelos veículos de comunicação do Senado sobre propostas em tramitação.
- ▶ **LexML:** portal que visa unificar, organizar e facilitar o acesso às informações sobre legislação, jurisprudência e proposições legislativas de órgãos das administrações públicas federal, estadual e municipal.
- ▶ **Jovem Senador:** programa do Senado que proporciona aos estudantes do ensino médio conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Legislativo.
- ▶ **TV Senado:** transmissão ao vivo, em oito canais na internet, dos trabalhos do Plenário e das comissões.

#### e-Fiscalização

- ▶ **Portal da Transparência:** portal que possibilita o acompanhamento da gestão administrativa e da execução orçamentária e financeira do Senado.
- ▶ **Siga Brasil:** sistema de informações sobre o Orçamento da União, que permite acesso amplo e facilitado ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos, por meio de uma única ferramenta de consulta.
- ▶ **GeoSiga:** apresenta informações sobre transferências de recursos federais a estados e municípios por meio de mapas e com a utilização de filtros de ano, mês e população.
- ▶ **Acompanhe emendas parlamentares:** por parlamentar, comissão ou bancada; por município e estado; por ministério.
- ▶ **Portal da Copa:** acompanhe os gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014

### Saiba mais

- Portal e-Cidadania**  
[www.senado.gov.br/ecidadania](http://www.senado.gov.br/ecidadania)
- Alô Senado**  
0800-612211  
[www.senado.gov.br/alosenado](http://www.senado.gov.br/alosenado)  
[www.twitter/alosenado](http://www.twitter/alosenado)
- Ouvidoria**  
[www.senado.gov.br/ouvidoria/](http://www.senado.gov.br/ouvidoria/)
- Visita Virtual**  
[www.senado.gov.br/visitavirtual/](http://www.senado.gov.br/visitavirtual/)
- Portal de Notícias**  
[www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

Veja as edições anteriores do *Especial Cidadania* em [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal)

Quantidade para uso próprio em cinco dias será definida pela Anvisa, de acordo com proposta aprovada ontem pela comissão que elabora anteprojeto de novo Código Penal



A comissão, cujo relator é o procurador regional da República Luiz Carlos Gonçalves (E), ganhou prazo adicional de um mês para concluir os trabalhos: texto deve ser entregue ao Senado até 25 de junho

## Juristas querem descriminalizar consumo e cultivo pessoal de drogas

A COMISSÃO DE juristas que elabora o anteprojeto do novo Código Penal aprovou ontem a descriminalização do consumo de drogas e o cultivo para uso pessoal. Atualmente, a lei considera o uso crime de menor potencial ofensivo, com penas alternativas.

Pelo texto, será presumido que se destina a uso pessoal uma quantidade que represente consumo médio individual de cinco dias. Essa quantificação será definida de acordo com o grau lesivo da droga, em regulamentação a ser elaborada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Também serão considerados a situação concreta da pessoa, sua conduta no momento e circunstâncias sociais e pessoais.

Mas, no caso de uso em locais públicos próximos a escolas ou em locais com grande concentração de adolescentes, os juristas decidiram sugerir prisão de 6 meses a 1 ano,

além de multa. Essa punição servirá também para quem consumir drogas na presença de crianças, mesmo em ambiente privado.

Pela lei atual, cabe ao juiz definir se a quantidade apreendida destina-se a uso pessoal, e isso gera confusão de interpretação. As penas em vigor para consumo próprio vão desde advertência sobre os efeitos das drogas até prestação de serviços à comunidade, além de comparecimento a curso educativo.

### Tráfico: teto menor

Para tráfico, os juristas sugeriram reduzir o teto da pena de prisão de 15 para 10 anos. O tempo mínimo seria mantido em cinco anos. A mesma pena se estende ao cultivo, plantio ou colheita de matéria-prima para a fabricação de drogas.

— Se a pessoa é surpreendida vendendo droga, não importa a quantidade: é

tráfico — observou o procurador regional da República Luiz Carlos Gonçalves, que é o relator da comissão.

Vários integrantes da comissão apontaram o fracasso da política de “guerra às drogas”, especialmente apoiada pelos Estados Unidos e que contou com a adesão de diversos países que se notabilizaram como produtores de drogas.

A defensora pública Juliana Garcia Belloque, que foi relatora do debate na comissão, disse que seguiu a legislação de Portugal. Lá foi descriminalizado porte para dez dias de consumo, sugestão inicial da relatora. A comissão optou por reduzir a quantidade.

De acordo com Juliana, desde 2006 os juizes brasileiros enquadram como traficantes pessoas que na realidade eram usuários, o que provocou um aumento de aproximadamente 30% de traficantes na população carcerária, diante

de um incremento de 110% de usuários.

### Rigor vencido

Na contramão da opinião da maioria, Gonçalves chegou a defender punição de até 15 dias de prisão ou multa para o consumo. Ele argumentou que “não há tráfico sem consumo” e que qualquer pena, ainda que mínima, seria uma forma de “dialogar com o sistema”, que, na sua avaliação, tende a interpretar qualquer consumo como tráfico na ausência de uma previsão de punição.

Designada pelo presidente do Senado, José Sarney, a partir de sugestão de Pedro Taques (PDT-MT), a comissão de juristas ganhou prazo adicional de um mês para concluir seus trabalhos. O anteprojeto agora deverá ser entregue até 25 de junho. Depois disso, o texto deverá começar a tramitar como projeto de lei ordinária.

### Punições mais rigorosas para crimes eleitorais

A quantidade de crimes atualmente tipificados no Código Eleitoral deve ser reduzida de 85 para 14, segundo a comissão de juristas, mas a punição para alguns deles precisa ser ampliada.

O uso da máquina administrativa com fins eleitorais, cuja pena atual é de 6 meses de prisão, passa a ser de 2 a 5 anos. Penas maiores devem ser aplicadas na falsificação do resultado eleitoral e na interferência na urna eletrônica: de 5 a 10 anos.

Gonçalves disse que o crime de boca de urna “não tem dignidade penal” para constar do novo código, mas pode sofrer outro tipo de sanção. A proposta prevê que o juiz poderá deixar de aplicar a pena de corrupção passiva ao eleitor que vende seu voto, desde que este esteja com situação comprovada de miséria.

Uma inovação foi o acordo para a extinção do processo: defesa, acusação e juiz podem homologar acordo para aplicação imediata das penas, antes da audiência de instrução e julgamento.

Para tortura, ficou estabelecida prisão de 4 a 10 anos (6 a 12 anos em caso de lesão corporal grave), sendo esse crime imprescritível, inafiançável e sem possibilidade de graça, indulto ou anistia. Se a tortura resultar em morte, sem intenção do torturador, a pena será de 8 a 20 anos. Com intenção, de 12 a 30 anos de prisão.

## Para bullying, pena sugerida varia de 1 a 4 anos de prisão

Assédio moral que vitima crianças e jovens dentro do ambiente escolar, conhecido como *bullying*, também deve ser criminalizado, segundo os juristas, com pena de 1 a 4 anos de prisão se o autor for maior de idade. Se o autor for menor, será submetido a medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Pela proposta, a intimidação vexatória se

caracterizará pela produção de sofrimento físico, psicológico ou dano patrimonial.

Outra inovação foi a previsão do crime de perseguição obsessiva ou insidiosa, com sugestão de prisão de 2 a 6 anos. Para constrangimento ilegal, os juristas propõem prisão de 1 a 4 anos mais multa, em vez da atual pena de 3 meses a 1 ano ou multa. Ainda haverá aumento de pena de um terço

a dois terços se houver emprego de força ou participação de mais de três pessoas na ação.

O crime de ameaça, que hoje tem pena de 1 a 6 meses de prisão ou multa, passa a ser punido com prisão de 6 meses a 2 anos, podendo subir para de 1 a 3 anos no caso de ameaça de morte. Os juristas lembraram casos de ameaças a mulheres por maridos, namorados e companheiros.

A descrição do trabalho análogo ao de escravo ganhou redação mais abrangente, e a pena mínima passa de 2 para 4 anos de prisão, com o teto mantido em 8 anos.

Para o crime de sequestro e cárcere privado sem exigência de vantagem econômica, os juristas aprovaram penas de 4 a 10 anos de prisão, em vez das punições atuais, que variam de 1 a 3 anos de prisão.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Dornelles defende aumento nos níveis de investimento público

Francisco Dornelles (PP-RJ) defendeu ontem o aumento do investimento como forma de manter a economia aquecida. Apesar de concordar com as recentes medidas do governo, o senador disse duvidar da eficácia.

— Não acredito ser possível manter a economia aquecida somente por meio da política de crédito e fiscal voltada para o aumento de consumo de classes já extremamente endividadas. Precisamos de investimento — afirmou.

Dornelles disse que a relação crédito/PIB no Brasil passou de 22% para quase 50% em um ano, variação que ele considera alta. O senador acredita que, com a redução dos juros, o governo poderia manter o mesmo resultado nominal com o decréscimo do superávit primário.

— A redução poderia ser



Dornelles não acredita que estímulo ao consumo seja melhor saída

utilizada para aumentar o investimento e reduzir custos. Por exemplo: a isenção da contribuição sobre a folha salarial reduz o custo da empresa e não constitui benefício para o importado — afirmou.

Ele defendeu a criação de uma meta de investimento, com redução do custo e um “grande programa de concessão de ferrovias, rodovias, portos e aeroportos”.

## Cícero critica frequência de multas sobre ciclomotores

Cícero Lucena (PSDB-PB) registrou ontem sua indignação com o que chamou de indústria da multa, que tem como alvo os usuários de ciclomotores em João Pessoa. “Cinquentinhas” são motocicletas de 50 cilindradas que chegam a percorrer 70 quilômetros com um litro de gasolina e alcançam velocidade de 50 km/h. Segundo Cícero, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) deixou a autorização do tráfego dessas motos para as prefeituras.

O senador disse que o problema precisa ser resolvido de forma urgente, já que o uso das cinquentinhas minimiza o caos no trânsito, como uma alternativa ao transporte coletivo insuficiente da cidade. Ele reclamou que, como a



Cícero afirma que a “indústria da multa” visa apenas arrecadar

Prefeitura de João Pessoa não tem estrutura para cuidar do licenciamento, o Detran da Paraíba tem multado os condutores dessas motos.

Na opinião do senador, o governo estadual está aplicando multas apenas para arrecadar. Ele pediu ao governo do estado e à prefeitura para terem mais sensibilidade.

## Paim quer debate sobre emendas de bancada ao Orçamento da União

Paulo Paim (PT-RS) levou ontem ao Plenário a discussão sobre as emendas de bancadas estaduais ao Orçamento da União. Para ele, é necessário discutir o assunto devido ao desconhecimento de parte dos parlamentares.

O senador explicou que, até 2006, os integrantes de cada bancada estadual podiam fracionar os recursos destinados a emendas do grupo para atender suas bases eleitorais. Hoje isso não é permitido.

— Passou-se a exigir que essas emendas tenham caráter estruturante ou refiram-se a projetos de grande vulto, de interesse coletivo. Não é mais

possível a distribuição de recursos de bancada para municípios diversos — detalhou o senador, acrescentando que a regra vale também para as emendas de comissão.

Segundo Paim, parlamentares que desconhecem a alteração legislativa insistem em dividir as emendas de bancada.

— Emendas coletivas foram concebidas para atender os interesses maiores dos estados ou das comissões setoriais que defendem áreas temáticas específicas. Ao permitir que a emenda de bancada seja fracionada estamos, ao meu ver, regredindo.

Em audiência, representante das indústrias de São Paulo disse que governo precisa incentivar o setor; juros, impostos e câmbio foram apontados como causas da falta de competitividade da indústria nacional

# Fiesp: indústria brasileira em desvantagem no mundo

A PERDADA competitividade é o maior problema que o Brasil enfrenta hoje.

A avaliação foi feita pelo presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Rubens Barbosa, em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Para Barbosa, a perda de competitividade é preocupante “por ser sistêmica e afetar a economia inteira”. Ele assinalou que câmbio sobrevalorizado, altas taxas de juros, impostos e encargos trabalhistas elevados e infraestrutura inadequada inibem a competitividade.

Rubens Barbosa manifestou preocupação com o processo de desindustrialização do Brasil. O representante da Fiesp disse que a indústria representava 25% do produto interno bruto (PIB) na década de 1980 e hoje responde por 14%.

Lembrou, ainda, que as exportações do Brasil são principalmente de produtos primários, como petróleo e soja — o que demonstraria a falta de competitividade das indústrias nacionais.

— Estamos perdendo mercado nas exportações. No mercado interno, a indústria está perdendo espaço para os produtos importados — lamentou, pedindo urgência ao Congresso na reforma tributária.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), a falta de competitividade é caracterizada pela falta de inovação. O senador disse que a resolução de um problema na economia parece sempre criar outro. O parlamentar deu o exemplo do câmbio, cujo valor muito baixo pode provocar inflação, e o da taxa de juros, que pode provocar saída de investidores se estiver muito baixa. Daí, disse Cristovam, a importância da criatividade e da inovação no incremento da competitividade.

— É preciso administrar o crescimento e quebrar paradigmas.

### Pós-ocidental

Rubens Barbosa também alertou para o fato de que o mundo vive um novo momento, com a crise econômica da Europa comprometendo o crescimento dos EUA e do Brasil. Ele acrescentou que, com a possibilidade de saída da Grécia da zona do euro, a crise é também política.

Na visão de Barbosa, o mundo hoje é pós-ocidental, com foco na Ásia, principalmente por causa da China.

Para o representante da Fiesp, a percepção externa sobre o Brasil também está passando por mudanças. Rubens Barbosa disse que muitos economistas internacionais

têm apontado a necessidade de ajustes na política econômica do país. Ele pediu mudanças também na política externa e se disse pessimista com a economia do mundo e do Brasil.

— É responsabilidade nossa. Temos de enfrentar nossas fraquezas e nossos desafios.

Para o embaixador e ex-ministro da Economia Marcílio Marques Moreira, o momento é mesmo de incerteza. Ele, porém, discordou que o mundo seja pós-ocidental. Para Moreira, o mundo é pluralista.

— O mundo não será multipolar, mas será um mundo sem polos. Não vamos nos tornar budistas e deixar de ser cristãos e ocidentais — declarou.

Marcílio Marques Moreira acrescentou que “a história está aberta”, mas que é preciso buscar cenários possíveis. Ele disse que é importante compreender que uma transição está em curso, com novos atores econômicos mundiais. Criticou o “curto-prazismo” e fez ressalvas às medidas do governo para incentivar o consumo, que podem gerar resultados mais imediatos, e não o investimento, com resultados que podem ser mais demorados.

— É preciso recuperar a visão de longo prazo — alertou.

A audiência foi feita a pedido de Fernando Collor (PTB-AL), presidente da comissão.



Rubens Barbosa, da Fiesp, cumprimenta o senador Fernando Collor: soluções para o desenvolvimento econômico do país

## Ex-ministra: não se deve buscar culpado externo

Para a ex-ministra do Trabalho e atual secretária de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Dorothea Werneck, é preciso aguardar para ver a reação das medidas do governo diante da crise internacional.

A redução dos juros e a alta do câmbio podem, segundo a secretária, provocar uma necessidade de espera nos

investidores internacionais.

De acordo com ela, uma certa “perplexidade” diante da crise mundial da economia é normal. A ex-ministra lembrou que a saída da crise de 1929 só foi encontrada em 1937, com as medidas propostas pelo economista britânico John Maynard Keynes.

Dorothea disse que é importante o Brasil não ficar

procurando culpados externos pela crise. Ela pediu medidas práticas para o crescimento da economia — tais como baixar a carga tributária e melhorar a estrutura —, que são consenso. Para Dorothea, o problema é o debate político do “como fazer”.

— Por que não colocar o federalismo em prática e passar a melhoria de estrutura para os estados?

# Fenaj quer que PF apure crimes contra jornalistas

Medida faz parte de projeto em tramitação na Câmara e foi uma das alternativas apontadas por entidades de classe, em debate ontem, como forma de reduzir a violência contra os profissionais

A FEDERALIZAÇÃO DE crimes contra a atividade jornalística, a regulamentação da profissão e a instalação do Conselho de Comunicação Social do Congresso foram algumas das medidas apontadas ontem por entidades que representam jornalistas como importantes para reduzir a violência contra os profissionais. A questão foi debatida em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado.

A possibilidade de federalizar os crimes contra o jornalismo está prevista em projeto de lei (PL 1.078/11) do deputado Protógenes Queiroz (PCdoB-SP), em análise na Câmara. Delegado da Polícia Federal (PF), Protógenes propõe que o inquérito passe a ser de responsabilidade da instituição quando comprovada a ineficiência ou omissão dos poderes estadual e municipal após 90 dias de investigações.

— A proposta não soluciona a questão, mas distensionaria regiões onde os poderes regionais políticos são muito fortes e garante uma investigação apurada e rápida — disse Celso Schröder, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

A medida também recebeu apoio do presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, Lincoln Macário, e do diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do DF Chico Pereira.

— Espero que essa proposta ganhe força e se torne lei o mais rápido possível — defendeu Macário.

A intenção do governo de criar um comitê de acompanhamento dos casos de violência contra jornalistas foi elogiada. O comitê deverá ser coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos, com

participação de entidades que representam empresas de comunicação e profissionais da área.

No debate, foi destacada, ainda, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 33/09, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que restabelece a exigência de diploma de comunicação social para o exercício profissional. A medida tenta neutralizar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que revogou a exigência do diploma para jornalistas, em 2009.

Lincoln Macário e Chico Pereira fizeram um apelo ao presidente do Senado, José Sarney, pela instalação do Conselho de Comunicação Social do Congresso, espaço de debate sobre o setor de comunicações, com representação da sociedade civil. A CDH é presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS).



Paulo Paim (E) preside a CDH, onde o presidente da Fenaj, Celso Schröder, defendeu a federalização de inquéritos

## Impunidade na violência contra a classe

De acordo com o presidente da Fenaj, Celso Schröder, enquanto em outros países a violência contra jornalistas é mais comum na cobertura de guerras e conflitos, 60% dos casos no Brasil são contra profissionais que cobrem política.

As mortes de Tim Lopes, há dez anos no Rio de Janeiro, de Gelson Domingos, em

2011, também no Rio, e de Décio Sá, em abril deste ano, no Maranhão, foram citados como exemplos do aumento de crimes contra jornalistas no exercício da profissão no Brasil. Só em 2012 já ocorreram quatro assassinatos.

Segundo o Comitê para a Proteção dos Jornalistas, o Brasil é o 11º país no ranking

de impunidade de assassinatos desses profissionais. Cinco mortes ocorridas no país entre 2002 e 2011 ainda não resultaram em condenação. A presidente do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro, Suzana Blass, pediu investimentos das empresas de comunicação na segurança dos profissionais em ações de risco.

## Mozarildo cobra mais investimentos na produção de conhecimento científico na região amazônica

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu ontem mais incentivo ao conhecimento na Amazônia. Segundo ele, das 75 áreas ofertadas em cursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), 25 não são oferecidas na Amazônia.

— Não há, por exemplo, cursos relacionados com a botânica — lamentou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo Mozarildo, a burocracia na região da fronteira compromete a sistematização do conhecimento. Ele lembrou que a região é estratégica para o país.

— Casos de biopirataria são comuns na região. Cupuaçu e açaí, produtos típicos da Amazônia, já têm patente no estrangeiro — disse.

## Humberto saúda decisão da Justiça de São Paulo que favorece usuários do Sistema Único de Saúde

A decisão da 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, no último dia 15, de manter suspensa a Lei da Dupla Porta no Sistema Único de Saúde (SUS) foi registrada ontem por Humberto Costa (PT-PE). A norma permitia que até 25% das vagas de hospitais públicos de São Paulo geridos por organizações



Waldemir Barreto/Agência Senado

sociais pudessem ser usadas por pacientes particulares.

Humberto é autor do PLS 366/11, em análise na Câmara, que garante a gratuidade no SUS e coíbe a chamada dupla porta. Ele explica que o princípio da gratuidade do SUS é princípio implícito da Constituição, uma vez que a saúde é dever do Estado, de acesso universal e igualitário.



Cristovam Buarque durante sessão pelos 124 anos da Abolição da Escravatura

## PEC do Trabalho Escravo é destaque em sessão de homenagem à Lei Áurea

A homenagem do Senado aos 124 anos da Abolição da Escravatura, ontem, foi marcada pela defesa das cotas para negros em universidades e da aprovação da PEC do Trabalho Escravo, proposta que permite a expropriação da propriedade onde for descoberta essa atividade.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que é um equívoco afirmar que o objetivo das cotas é apenas beneficiar os negros:

— É [instituir as cotas] uma tarefa patriótica: fazer com que a cara da elite brasileira não seja apenas branca, mas tenha também as cores dos outros grupos étnicos e raciais.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, Paulo Paim (PT-RS) informou que o projeto que insere na lei o direito às cotas pode ser votado na semana que vem pelo Plenário do Senado. Se for aprovado, o texto dará mais força à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), anunciada em abril, de considerar as cotas constitucionais.

A PEC do Trabalho Escravo foi aprovada pela Câmara dos Deputados na semana passada. Como voltará a ser examinada no Senado, Cristovam e Paim fizeram um apelo para que a matéria seja aprovada rapidamente, antes do recesso parlamentar de julho.

Segundo Cristovam, será a oportunidade de o Senado “completar uma lei [a Lei Áurea] que ainda não está completa”.

Apesar de ressaltarem a

importância da Lei Áurea, os participantes da sessão reiteraram que a Abolição é um processo ainda incompleto.

O presidente do Senado, José Sarney, assinalou que “se não há segregação racial no país, a discriminação racial faz parte de nosso cotidiano, de forma mascarada, escondida e até inconsciente”.

— A exclusão da comunidade negra coincide em grande parte com a dos pobres.

Ao destacar o problema da exclusão socioeconômica, o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), citou uma estimativa de que, nas cidades com mais de 500 mil habitantes, negros e pardos têm salários até três vezes menores que os dos brancos.

A sessão de ontem foi uma iniciativa do senador Cristovam Buarque e do deputado federal Domingos Dutra (PMDB-MA), que é presidente da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil.

Também participaram da homenagem a vice-presidente da Câmara dos Deputados, Rose de Freitas (PMDB-ES); Mário Theodoro, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Marcelo Aguiar, do Ministério do Trabalho e Emprego; Josefina dos Santos, da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial do Governo do Distrito Federal; Ione Maria de Carvalho, do Ministério da Cultura; e Nilton Nascimento, presidente da ONG Negro em Movimento.